

PM-MG

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

OFICIAL

- Língua Portuguesa
- Redação Discursiva
- Noções de Língua Inglesa
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Direito Constitucional
- Direito Civil e Direito Processual Civil
- Direito Penal e Processual Penal (On-line)
- Direito Administrativo (On-line)
- Legislação Extravagante e Direitos Humanos (On-line)



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
da Comissão Própria - CRS
Legislação comentada

Polícia Militar de Minas Gerais

PM-MG

Oficial - CFO

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Oficial - CFO de acordo com o Edital DRH/CRS nº 11/2026 (Concurso nº 1126) da Polícia Militar de Minas Gerais PM-MG.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca CRS/PMMG, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Direito Penal e Processual Penal, Direito Administrativo e Legislação Extravagante e Direitos Humanos disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	19
■ LINGUAGEM, TEXTO E COMUNICAÇÃO	19
LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA	19
O PROCESSO COMUNICATIVO E SEUS ELEMENTOS	19
AS FUNÇÕES DA LINGUAGEM	20
TEXTO, TEXTUALIDADE E CONTEXTO	21
VARIEDADES LINGÜÍSTICAS E ADEQUAÇÃO DO REGISTRO	21
■ FONÉTICA E ORTOGRAFIA.....	22
FONÉTICA	22
Fone, Fonema e Alofone	22
O Aparelho Fonador e as Vogais.....	22
A Classificação das Consoantes	23
Encontros Vocálicos, Consonantais e Dígrafos	23
Sílaba, Tonicidade e Ortoépia.....	24
NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO	24
Alfabeto	24
Fim do Uso do Trema.....	25
Acentuação	25
Hífen.....	25
Uso das Letras Maiúsculas	26
Uso do Acento Grave	26
Divisão Silábica	26
■ MORFOLOGIA	26
ESTRUTURA E FORMAÇÃO DAS PALAVRAS.....	26
Radical e Morfema Lexical	26
Afixos ou Morfemas Derivacionais.....	27
Desinências ou Morfemas Flexionais.....	27
Vogais Temáticas	27
Tema	28
Vogais e Consoantes de Ligação	28
PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS PALAVRAS	28

PROCESSOS DE DERIVAÇÃO	28
Derivação Prefixal	29
Derivação Sufixal.....	29
Derivação Prefixal e Sufixal	29
Derivação Parassintética.....	29
Derivação Regressiva	29
Derivação Imprópria.....	29
LISTA DE RADICAIS E PREFIXOS.....	29
Processos de Composição	30
Palavras Compostas e Derivadas	30
CLASSES GRAMATICAIS	30
ARTIGOS.....	30
NUMERAIS.....	30
Um Numeral ou um Artigo?	30
SUBSTANTIVOS.....	31
Tipos de Substantivos	31
Flexão de Gênero	31
Gênero e Significação	31
Flexão de Número.....	32
Plural dos Substantivos Compostos	32
Variação de Grau.....	32
ADJETIVOS	32
Locuções Adjetivas.....	32
Adjetivo de Relação	33
Variação de Grau.....	33
Formação dos Adjetivos.....	33
Plural dos Adjetivos Compostos.....	33
Adjetivos Pátrios	34
ADVÉRBIOS	34
Locuções Adverbiais.....	35
Advérbios Interrogativos	35
Grau do Advérbio	35
Advérbios e Adjetivos	35
Palavras Denotativas	36
PRONOMES	36

Pronomes Pessoais.....	36
Pronomes de Tratamento.....	37
Pronomes Indefinidos.....	37
Pronomes Demonstrativos.....	37
Pronomes Relativos.....	38
Pronomes Interrogativos.....	39
Pronomes Possessivos.....	39
Colocação Pronominal.....	39
VERBOS.....	39
Modo.....	39
Tempo.....	40
Flexões Modo-Temporais – Tempos Compostos (Indicativo).....	40
Flexões Modo-Temporais – Tempos Compostos (Subjuntivo).....	40
Formas Nominais do Verbo e Locuções Verbais.....	40
Classificação dos Verbos.....	41
Vozes Verbais.....	42
Outras Funções do “se”.....	43
Conjugação de Verbos Derivados.....	43
Conjugação de Alguns Verbos.....	44
PREPOSIÇÕES.....	44
Conceito.....	44
Locuções Prepositivas.....	44
Combinações e Contrações.....	44
Algumas Relações Semânticas Estabelecidas por Preposições.....	45
CONJUNÇÕES.....	45
Conjunções Coordenativas.....	45
Conjunções Subordinativas.....	46
Conjunções Integrantes.....	46
INTERJEIÇÕES.....	46
■ SINTAXE.....	47
CONCEITOS BÁSICOS DA SINTAXE.....	47
Frase.....	47
Oração.....	47
Período.....	47
PERÍODO SIMPLES – OS TERMOS DA ORAÇÃO.....	47
Termos Essenciais da Oração.....	47

SUJEITO	47
Núcleo do Sujeito	47
Tipos de Sujeito.....	48
Sujeito Inexistente ou Oração sem Sujeito.....	48
Classificação do Sujeito Quanto à Voz.....	48
PREDICADO	48
Classificação do Predicado.....	49
Predicado Verbal.....	49
Predicado Verbo-Nominal	49
O que É o Predicativo do Objeto?.....	50
TERMOS INTEGRANTES DA ORAÇÃO.....	50
Complementos Verbais	50
Pronomes e Sua Relação com o Objeto Direto	50
Objeto Indireto e o Uso de Pronomes Pessoais	51
COMPLEMENTO NOMINAL.....	51
Agente da Passiva	51
Termos Acessórios da Oração.....	51
Adjunto Adnominal	51
Adjunto Adverbial.....	52
Aposto	52
Vocativo	53
PERÍODO COMPOSTO	53
Período Composto por Coordenação	53
Orações Coordenadas Sindéticas.....	54
PERÍODO COMPOSTO POR SUBORDINAÇÃO	54
Orações Subordinadas Substantivas.....	54
Orações Reduzidas	56
Orações Reduzidas de Infinitivo.....	56
Orações Reduzidas de Gerúndio.....	56
Orações Reduzidas de Particípio.....	56
Particípio Duplo.....	56
Períodos Mistos	57
REGÊNCIA	57
Regência Verbal	57
Regência Nominal.....	59
Advérbios Terminados em “-mente”	59

Preposições Prefixos Verbais	59
CONCORDÂNCIA	59
Concordância Verbal	59
Concordância Verbal com o Sujeito Simples	60
Concordância Verbal com o Sujeito Composto	60
Concordância Verbal do Ser	61
CASOS ESPECIAIS DE CONCORDÂNCIA VERBAL	61
Concordância do Infinitivo	61
Casos Mais Frequentes em Provas	62
Casos Facultativos	62
Silepse de Número e de Pessoa	62
Concordância Nominal	62
Casos com Adjetivos	62
Silepse (Também Chamada Concordância Figurada)	64
PLURAL DE COMPOSTOS	64
Substantivos	64
Adjetivos	64
Lista de Flexão dos Dois Elementos	64
Flexão Apenas do Primeiro Elemento	64
Flexão Apenas do Segundo Elemento	64
Não Flexão dos Elementos	65
FUNÇÕES DO SE	65
Funções Morfológicas	65
Funções Sintáticas	65
FUNÇÕES DO QUE	65
Funções Morfológicas	65
Funções Sintáticas	65
FUNÇÕES DO SEM QUE	66
■ SEMÂNTICA E ESTILÍSTICA	66
SEMÂNTICA	66
Denotação	66
Conotação	66
O Significado das Palavras	66
Sinonímia	66
Antonímia	66
Homonímia	67

Parônimos	67
Polissemia (Plurissignificação)	68
Hipônimo e Hiperônimo.....	68
Heterônimos.....	68
ESTILÍSTICA – FIGURAS DE LINGUAGEM.....	68
Elipse	68
Zeugma.....	68
Pleonasmo	68
Polissíndeto.....	68
Assíndeto.....	68
Anáfora	68
Aliteração.....	69
Assonância.....	69
Onomatopeia.....	69
Hipérbato ou Inversão	69
Anástrofe	69
Silepse	69
Anacoluto	69
FIGURAS DE PALAVRAS.....	69
Comparação	69
Metáfora	70
Metonímia.....	70
Sinédoque.....	71
Antonomásia ou Perífrase.....	71
Sinestesia	71
FIGURAS DE PENSAMENTO.....	71
Antítese.....	71
Personificação ou Prosopopeia	71
Paradoxo.....	71
Eufemismo	71
Hipérbole	72
Ironia	72
Gradação	72
Apóstrofe.....	72
■ LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO CONTEXTUALIZADA	72
INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO.....	72
A INDUÇÃO.....	73

A DEDUÇÃO	73
Conhecimento Linguístico.....	74
Conhecimento Textual.....	74
Conhecimento de Mundo	74
INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS FUNCIONAIS	75
Editais	75
Comunicados	75
Requerimentos	75
Avisos	75
Instruções.....	75
■ TIPOLOGIA TEXTUAL E GÊNEROS TEXTUAIS.....	75
CONHECENDO OS TIPOS TEXTUAIS.....	75
Descritivo.....	78
Expositivo	78
Instrucional ou Injuntivo	79
Dissertativo e Argumentativo.....	80
GÊNEROS TEXTUAIS	80
Notícia.....	82
Reportagem.....	83
Artigo de Opinião	83
Editorial.....	84
Crônica.....	85
GÊNEROS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	86
Estrutura e Finalidades	86
Exemplos de Gêneros Técnico-Administrativos	86
■ ESTRUTURA TEXTUAL: IDEIA PRINCIPAL E IDEIAS SECUNDÁRIAS.....	87
TEMA, PROGRESSÃO TEMÁTICA E PARÁGRAFO	87
A IDENTIFICAÇÃO DA IDEIA PRINCIPAL.....	87
AS IDEIAS SECUNDÁRIAS E SEU DESENVOLVIMENTO	88
CONECTIVOS E OPERADORES ARGUMENTATIVOS	88
RESUMO, PARÁFRASE E ROTEIRO DE ANÁLISE.....	89
■ COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL	89
COESÃO REFERENCIAL.....	90
Uso de Pronomes ou Pronominalização	90

Uso de Numerais.....	91
Uso de Advérbios	91
Uso de Nominalização.....	91
Uso de Verbos Vicários	92
COESÃO SEQUENCIAL	92
Conjunções Coordenativas	92
Conjunções Subordinativas.....	93
Conjunções Integrantes.....	93
COESÃO RECORRENCIAL	93
Uso de Repetições	93
Uso de Paráfrase.....	94
Uso de Paralelismo	94
■ DEFESA DO PONTO DE VISTA.....	94
ARGUMENTAÇÃO	94
Argumento de Autoridade	95
Argumento de Exemplificação/histórico.....	95
Argumento Lógico	95
INTENCIONALIDADE	95
Recursos da Intencionalidade.....	95
Intencionalidade na Linguagem Publicitária	96
INTERTEXTUALIDADE	96
PARÁFRASE	98
REFERÊNCIA	98
CITAÇÃO.....	98
Alusão.....	98
Epígrafe.....	98
OUTROS POSSÍVEIS PROCESSOS INTERTEXTUAIS MENOS COMUNS EM CONCURSOS	99
Bricolagem	99
Tradução.....	99
Pastiche.....	99
■ DOMÍNIO DA EXPRESSÃO ESCRITA.....	100
A FASE DE PLANEJAMENTO	100
A ETAPA DA TEXTUALIZAÇÃO	100
A REVISÃO E A REESCRITA.....	100

A FUNÇÃO DA LEITURA NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO	100
A CONSTRUÇÃO TEXTUAL COMO PRÁTICA SOCIAL.....	100
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	117
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	117
NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA.....	151
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO ESCRITO EM LÍNGUA INGLESA.....	151
■ SELEÇÃO VOCABULAR.....	157
■ ITENS GRAMATICAIS PARA A COMPREENSÃO DOS CONTEÚDOS SEMÂNTICOS	157
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	177
■ ESTRUTURA PROPOSICIONAL.....	177
PROPOSIÇÕES SIMPLES	177
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS E CONECTIVOS LÓGICOS.....	180
TABELA-VERDADE.....	181
TAUTOLOGIA.....	183
CONTRADIÇÃO	183
CONTINGÊNCIA	183
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO: INFERÊNCIAS, DEDUÇÕES E CONCLUSÕES	184
SILOGISMOS	184
VALIDADE DE ARGUMENTOS	186
■ EQUIVALÊNCIAS E NEGAÇÕES LÓGICAS: NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS E DE QUANTIFICADORES.....	190
LEIS DE MORGAN	195
■ PROBLEMAS LÓGICOS ESPECIAIS: ESTRUTURAS DE ASSOCIAÇÃO LÓGICA E PROBLEMAS SOBRE VERDADES E MENTIRAS.....	198
PRINCÍPIO DA CASA DOS POMBOS.....	201
■ CONJUNTOS E DIAGRAMAS LÓGICOS: OPERAÇÕES COM CONJUNTOS E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE CONTAGEM/GRUPOS	202
DIAGRAMAS DE VENN	207
■ VARIAÇÃO DE GRANDEZAS E PROPORCIONALIDADE.....	214

RAZÃO, PROPORÇÃO E ESCALAS	214
REGRA DE TRÊS SIMPLES	218
REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	220
PORCENTAGEM	222
■ MODELAGEM DE SITUAÇÕES-PROBLEMA: TRADUÇÃO DA LINGUAGEM VERBAL PARA LINGUAGEM MATEMÁTICA	224
EQUAÇÕES E RELAÇÕES LINEARES DE 1º GRAU.....	224
■ SEQUÊNCIAS LÓGICAS E PADRÕES: PROGRESSÕES	232
SEQUÊNCIAS NUMÉRICAS, FIGURATIVAS E TEMPORAIS	232
■ NOÇÕES DE CONTAGEM E PROBABILIDADE: PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM	237
ARRANJOS	239
COMBINAÇÕES	240
PROBABILIDADE SIMPLES APLICADAS À TOMADA DE DECISÃO	240
■ PERCEPÇÃO E RACIOCÍNIO ESPACIAL/PLANO: INTERPRETAÇÃO DE FIGURAS GEOMÉTRICAS, VISTAS ORTOGONAIS, DOBRADURAS, GIROS, MAPAS E PLANTAS.....	248
■ MÉTRICA PRÁTICA: ESTIMATIVAS DE ÁREAS E VOLUMES APLICADAS À RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS.....	273
■ INTERPRETAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS: LEITURA E ANÁLISE CRÍTICA DE GRÁFICOS, TABELAS E SÉRIES ESTATÍSTICAS	280
■ ESTATÍSTICA BÁSICA: POPULAÇÃO, AMOSTRA, VARIÁVEIS – MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL E NOÇÕES DE DISPERSÃO	285
 DIREITO CONSTITUCIONAL	 293
■ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – DIREITO CONSTITUCIONAL.....	293
CONCEITO	296
OBJETO	296
NATUREZA	297
FONTES FORMAIS	297
CLASSIFICAÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES.....	299
EFICÁCIA E APLICABILIDADE.....	302
NORMAS PROGRAMÁTICAS	303
INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	303

NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	306
■ PODER CONSTITUINTE	307
PODER ORIGINÁRIO	308
PODER DERIVADO.....	308
REFORMA CONSTITUCIONAL: EMENDAS À CONSTITUIÇÃO, LIMITES FORMAIS, MATERIAIS E TEMPORAIS E REVISÃO CONSTITUCIONAL	309
■ CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	315
SISTEMA DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	315
TEORIA DA INCONSTITUCIONALIDADE	317
■ PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	324
PRINCÍPIOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	326
■ DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	328
DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	329
DIREITOS SOCIAIS.....	350
NACIONALIDADE	357
DIREITOS POLÍTICOS E CIDADANIA	360
FUNDAMENTOS E OBJETIVOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	363
■ REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	366
■ ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	377
■ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	394
■ ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.....	409
PODER LEGISLATIVO	409
PROCESSO LEGISLATIVO	419
PODER EXECUTIVO	428
PODER JUDICIÁRIO	435
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	459
■ DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	466
ESTADO DE DEFESA	466
ESTADO DE SÍTIO.....	467
FORÇAS ARMADAS	468

SEGURANÇA PÚBLICA	470
■ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	473
DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL	543
■ PESSOAS NATURAIS	543
PERSONALIDADE E CAPACIDADE	543
Teoria das Incapacidades	545
DIREITOS DE PERSONALIDADE	552
■ PESSOAS JURÍDICAS E DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	566
CLASSIFICAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E EXTINÇÃO	571
■ BENS: CLASSIFICAÇÃO.....	576
BENS PÚBLICOS E A IMPENHORABILIDADE/IMPRESCRITIBILIDADE	579
■ FATOS JURÍDICOS, NEGÓCIOS E ATOS ILÍCITOS	580
REQUISITOS DE VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	580
Representação	585
Defeitos do Negócio Jurídico.....	588
Invalidadez do Negócio Jurídico	592
Prescrição.....	595
Decadência.....	597
ATOS ILÍCITOS	598
■ DIREITO DAS COISAS	599
POSSE: AQUISIÇÃO, PERDA E EFEITOS DA POSSE.....	599
Conceito e Teoria	599
Classificações	600
Proteção Possessória.....	601
PROPRIEDADE, FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DIREITOS/DEVERES	
DO PROPRIETÁRIO	605
AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL	607
Usucapião	607
Registro de Título	608
Acessão	609
AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL.....	609

Usucapião.....	609
Tradição.....	610
Especificação.....	610
PERDA DA PROPRIEDADE.....	610
DIREITOS DE VIZINHANÇA	611
■ RESPONSABILIDADE CIVIL E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS: CONDUTA, DANO E NEXO CAUSAL.....	615
RESPONSABILIDADE OBJETIVA	615
RESPONSABILIDADE SUBJETIVA	615
Responsabilidade por Ato de Terceiro, por Fato do Animal e do Produto/coisa	616
Responsabilidade por Dano Processual.....	619
Excludentes: Caso Fortuito, Força Maior e Culpa Exclusiva da Vítima	620
■ NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO.....	620
APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA E SUPLETIVA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO PROCESSO ADMINISTRATIVO E CRIMINAL.....	627
■ JURISDIÇÃO: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS.....	631
■ AÇÃO	633
CONDICÕES DA AÇÃO.....	634
ELEMENTOS DA AÇÃO	637
EQUIVALENTES JURISDICIONAIS.....	637
■ LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL	640
■ COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	642
■ SUJEITOS DO PROCESSO	645
CAPACIDADE PROCESSUAL	654
DEVERES DAS PARTES E PROCURADORES	655
DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 04/09/1942 – LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	660

LÍNGUA PORTUGUESA

LINGUAGEM, TEXTO E COMUNICAÇÃO

LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA

Linguagem é a capacidade de produzir e interpretar sentidos por meio de signos, e se realiza em sistemas organizados que permitem representar o mundo, agir sobre o interlocutor e falar sobre a própria linguagem. A definição alcança a palavra falada e escrita e também o gesto, a imagem, a cor e o som convenicionados por um grupo. Falar em linguagem é falar, portanto, em um conjunto de recursos de significação, do qual a língua é a modalidade mais elaborada.

A distinção entre língua e fala organiza o estudo linguístico desde o *Curso de linguística geral*, que separou o sistema social partilhado pelos falantes de uma comunidade do ato individual em que esse sistema se realiza. A língua é convenção herdada, exterior ao indivíduo e imposta a ele, ao passo que a fala é o uso concreto, sujeito à vontade, à circunstância e ao improviso de quem enuncia. Nenhum falante inventa sozinho as regras do português, e nenhum enunciado repete exatamente outro já produzido.

A língua existe virtualmente na memória coletiva e se atualiza em cada enunciado, o que explica sua estabilidade ao longo do tempo e sua variação no mesmo instante.

Linguagem verbal é a que se organiza em palavras, faladas ou escritas, e linguagem não verbal é a que opera com signos que não a palavra, como a placa de trânsito, o semáforo, a fotografia, o gesto e a expressão facial. Grande parte dos textos em circulação é mista, porque combina os dois recursos e distribui entre eles a carga de sentido, como acontece na charge, no anúncio publicitário e na infografia.

O signo linguístico é a união de um significante, que é a imagem acústica percebida na cadeia sonora ou na escrita, e de um significado, que é o conceito evocado por essa imagem. A relação entre as duas faces é arbitrária, pois nada na sequência de sons da palavra *mesa* a prende ao objeto que ela designa, e é essa convenção que torna indispensável o partilhamento do sistema entre quem fala e quem ouve.

A descrição da língua se distribui por níveis encaixados, que vão da unidade sonora mínima ao texto inteiro e se estudam em ordem crescente de complexidade. O nível fonológico trata dos sons que distinguem palavras, o morfológico da estrutura e da formação dos vocábulos, o sintático da combinação em frases e o semântico do significado que dessa combinação resulta. Acima deles, o nível textual examina como os enunciados se organizam em unidades maiores e como circulam em situações concretas.

Atenção! Língua e linguagem não são sinônimos na descrição técnica, porque a linguagem é a faculdade geral de significar e a língua é um sistema histórico determinado, como o português, o guarani ou a

Língua Brasileira de Sinais, dotado de gramática própria e partilhado por uma comunidade de falantes.

O PROCESSO COMUNICATIVO E SEUS ELEMENTOS

Comunicar é produzir sentido para outro por meio de signos, e não transferir um conteúdo pronto de uma mente para outra, razão pela qual o resultado da interlocução depende do que os dois participantes trazem para ela. O modelo herdado da engenharia das telecomunicações descreveu a operação como codificação, transmissão por um canal e decodificação, e legou aos estudos de linguagem duas noções que permaneceram, a de canal e a de ruído.

O esquema de seis fatores formulado por Roman Jakobson reuniu essa herança técnica à descrição linguística e se tornou a referência corrente do assunto. Um remetente envia uma mensagem a um destinatário, e essa mensagem requer um contexto a que se refere, um código comum aos dois interlocutores e um contato, isto é, um canal físico e psicológico que os mantenha ligados durante a troca.

O emissor, também chamado remetente ou locutor, é quem produz e codifica a mensagem, e pode ser um indivíduo ou uma instituição que fala por meio de porta-voz, como ocorre no comunicado assinado por uma secretaria. O receptor, ou destinatário, é aquele a quem o enunciado se dirige, nem sempre coincidindo com quem fisicamente o recebe. Na conversa, os dois papéis se alternam a cada turno de fala.

O código é o sistema de signos convenicionado que os interlocutores precisam partilhar, e a língua portuguesa é apenas um entre muitos, ao lado do Braille, da Língua Brasileira de Sinais, do código Morse e da notação musical. O canal é o meio físico por onde a mensagem trafega, como a onda sonora, a página impressa ou a tela do aplicativo. O referente, também chamado contexto, é o recorte de mundo a que o enunciado remete.

Ruído é toda interferência que degrada a mensagem no percurso, e costuma ser agrupado em três recortes de aplicação constante. O ruído físico atinge o canal, como a estática na ligação e a letra ilegível no formulário; o semântico decorre do código, quando o termo escolhido não significa para o receptor o que significa para o emissor; o psicológico vem dos próprios sujeitos, do desinteresse à resistência prévia ao assunto. Contra ele, a língua dispõe da redundância, que repete a informação em vários pontos do enunciado e permite reconstruir o que se perdeu.

A concordância verbal e nominal é redundante nesse sentido técnico, pois marca número e pessoa em vários pontos da frase, e é por isso que se entende um enunciado ouvido pela metade.

A terminologia varia conforme a tradição de ensino adotada, o que costuma confundir quem estuda o tema pela primeira vez. Remetente e destinatário aparecem também como emissor e receptor, ou como locutor e interlocutor; contexto aparece como referente ou como situação; contato aparece como canal ou como meio. As designações mudam, e os seis lugares do esquema permanecem os mesmos.

Os seis elementos da comunicação:

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO ESCRITO EM LÍNGUA INGLESA

Para realizar uma leitura bem-sucedida em outro idioma, é preciso estar atento a alguns métodos e recursos capazes de auxiliar a interpretação textual.

COMPREENSÃO

Compreender é a capacidade de assimilar, interpretar e perceber o significado de algo. Compreender um idioma significa entender a coerência das informações de sua comunicação. O objeto da compreensão da língua inglesa pode estar situado em diferentes formas de comunicação, para cada qual existem maneiras mais apropriadas e adequadas de identificar o sentido, o propósito, o contexto, o estilo, a técnica e as informações presentes na mensagem.

Ao buscar compreender o sentido e o propósito de um texto na língua inglesa, faz-se necessário identificar elementos-chave capazes de sintetizar informações, decodificar signos linguísticos, entender a semântica — ou seja, o sentido do texto —, bem como seu propósito. Estes elementos podem estar presentes nos aspectos gramaticais do texto, um dos tópicos essenciais para o estudo da interpretação textual, mas podem também ser percebidos no contexto, no recorte, no tipo de linguagem (formal, informal, técnica etc.), no vocabulário utilizado, entre outros elementos estratégicos para a interpretação correta do texto.

Para que o leitor compreenda o sentido do texto, antes de qualquer leitura direta, é primordial que se faça um processo de escaneamento do texto em busca de palavras-chave e informações que indiquem a quem o texto se direciona, quem é o autor e seu narrador, a qual categoria textual ele pertence (artigo, crônica, conto, carta, bilhete etc.) e qual o assunto tratado.

A partir dessa coleta de informações, é possível iniciar a primeira leitura, que buscará identificar o sentido do texto. O sentido indica o que o interlocutor pretende dizer com o que propôs escrever. A capacidade de identificar esse sentido está intrinsecamente ligada ao conhecimento e à identificação de:

- palavras;
- expressões idiomáticas;
- verbos frasais;
- tempos verbais;
- contextos;
- aspectos culturais e sociais;
- adjetivos, advérbios e pronomes.

Entre outros elementos, os citados anteriormente podem auxiliar o leitor a identificar o sentido do texto com mais precisão. Esses conhecimentos são exercitados a partir do estudo do idioma, seja de forma técnica e instrumental, a fim de realizar uma prova, seja em estudos mais aprofundados, que têm como objetivo promover a fluência.

O objetivo, ou o propósito, do texto se encontra em meio à leitura e é possível identificá-lo e compreendê-lo apenas a partir de uma leitura atenta, que vai além do que está escrito. Como mencionado anteriormente, a identificação de quem é o autor e o narrador, a quem se destina o texto, o contexto nele presente, o assunto tratado e a linguagem empregada são elementos cruciais para o entendimento do serviço a que se presta o texto.

O propósito pode ser relatar um fato, contar novidades, listar ou enumerar itens, reportar um crime, expor uma opinião, entre muitas outras possibilidades, que deverão ser observadas no decorrer da leitura. Alguns marcadores, como nomes, datas, locais, dados, estatísticas, números em geral e pronomes de tratamento, podem servir como indicativos do propósito do texto, a partir da percepção do conteúdo presente e do teor da mensagem encontrada.

Compreensão Escrita

Quando se trata de compreender o sentido lexical, semântico e gramatical de um texto na língua inglesa, utilizamos recursos que partem de princípios simples: a identificação dos principais elementos do idioma, ainda que a partir de um panorama básico de compreensão e fluência. São eles:

- gramática básica (tempos verbais, adjetivos, advérbios e pronomes);
- vocabulário básico (substantivos);
- expressões idiomáticas (contexto cultural).

A partir de um breve conhecimento dos itens mencionados, de maneira geral e simplista, é possível partir para uma leitura geral do que está escrito e compreender a mensagem. É, no entanto, importante ler nas entrelinhas enquanto se decodifica uma mensagem escrita; isso significa ser capaz de identificar o gênero textual, o tipo de narrador, o objetivo da mensagem e o contexto em que ela está inserida.

Compreensão Oral

Além dos elementos citados anteriormente quanto à compreensão escrita, a compreensão oral tem suas peculiaridades e particularidades dignas de serem enfatizadas, pois se diferencia do padrão escrito. Diferentemente da comunicação escrita, a fala é uma ação fluida e em constante mudança. A percepção da comunicação oral depende não apenas de elementos linguísticos, mas também do contexto cultural e social do falante e do ouvinte.

O momento da fala pode sofrer interferências de ruídos, sejam eles literalmente barulhos que atrapalham no momento da audição ou “ruídos” no sentido de interferências no meio transmissor da mensagem (telefone, áudio, rádio, televisão etc.). Tudo isso atrapalha tanto a transmissão quanto a recepção da

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

ESTRUTURA PROPOSICIONAL

VALORES LÓGICOS

Na lógica, temos apenas dois valores lógicos: **verdadeiro** ou **falso**. Quando temos uma declaração verdadeira, o seu valor lógico é **Verdade (V)**; quando é falsa, dizemos que seu valor lógico é **Falso (F)**.

ESTRUTURA LÓGICA

A Negação com o Conectivo “não”

Representação simbólica: $(\sim p)$ ou $(\neg p)$.

Sabemos que o valor lógico de “p” e “ $\sim p$ ” são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, “ $\sim p$ ” será falsa, e vice-versa.

Exemplo:

- p: “Matemática é difícil.”;
- $(\sim p)$ ou $(\neg p)$: “Matemática não é difícil.”

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- “Não é verdade que matemática é difícil.”;
- “É falso que matemática é difícil.”

Conjunção (Conectivo “e”)

Representação simbólica: $\wedge$

Exemplos:

Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: $p \wedge q$

Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)

Representação simbólica: $\vee$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”)

Representação simbólica: $\veebar$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: $p \veebar q$

Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

Condicional (Conectivo “se... então”)

Representação simbólica: $\rightarrow$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: $p \rightarrow q$

Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

Bicondicional (Conectivo “se, e somente se,”)

Representação simbólica: $\leftrightarrow$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se**, ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: $p \leftrightarrow q$

Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

PROPOSIÇÕES SIMPLES

Observe a frase a seguir:

Paula vai à praia.

Para saber se temos ou não uma proposição, precisamos de três requisitos fundamentais:

- **Ser uma oração:** é uma frase com verbo;
- **Oração declarativa:** a frase precisa apresentar uma situação, um fato;
- **Pode ser classificada como Verdadeira ou Falsa:** ou seja, podemos atribuir o valor lógico verdadeiro ou o valor lógico falso para a declaração.

Tendo isso em vista, podemos afirmar claramente que a frase “Paula vai à praia” é uma proposição lógica, pois temos a presença de um verbo (ir), uma informação completa (temos o sujeito claro na oração) e podemos afirmar se é verdade ou falsa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – DIREITO CONSTITUCIONAL

Genericamente, é possível descrever o Estado como a organização de um povo sobre determinado território, dotado de soberania. Portanto, percebe-se que existem elementos necessários à existência de um Estado: o povo, a soberania e o território.

Nesse sentido, todo Estado precisa de uma forma de organização, que deve ser orientada de maneira soberana para atingir um conjunto de finalidades.

O conjunto de regras que organiza o Estado é estabelecido por meio de uma constituição, sendo que todo Estado tem a sua, seja na forma de um texto formal ou baseada em costumes, com o objetivo de estruturar a organização do povo em seu território.

O CONSTITUCIONALISMO

O constitucionalismo pode ser descrito como um movimento político, jurídico e ideológico, que se originou com a ideia de estruturação do Estado, estabelecendo limites ao exercício do poder político, sendo vedada a utilização indevida para prevenir abusos.

Baseia-se na ideia de limitar o poder do Estado, garantindo a proteção das liberdades e dos direitos individuais. Isso assegura ao indivíduo limitações relacionadas com os direitos e as garantias fundamentais, que devem ser observadas pelo Estado, além da separação das funções estatais e do exercício do poder político, conforme o princípio do governo limitado.

O movimento mencionado tem origem antiga, e alguns estudiosos defendem que surgiu na sociedade hebraica, com a separação de um líder do restante do povo, orientada pelos dogmas religiosos.

Como exemplo de constitucionalismo antigo, podemos observar países como a Grécia, onde já havia participação do povo nas decisões. Já na Inglaterra, o chamado *rule of law* (governo das leis) contribuiu com ideias fundamentais para o constitucionalismo. Embora na Idade Média não existisse uma constituição escrita, havia documentos que já regiam as populações e suas normas.

Entretanto, foi apenas no século XVIII que o movimento constitucionalista ganhou força, impulsionado pela burguesia e pela busca pela garantia das liberdades individuais, visando à livre circulação de mercadorias.

Nesse período, a prioridade passou a ser a segurança jurídica, tanto no direito privado quanto no direito público, além do surgimento das primeiras constituições escritas.

Conforme preleciona Moraes (2011), a origem formal do constitucionalismo está ligada à Constituição escrita dos Estados Unidos, após a independência das 13 colônias.

Já segundo Lenza (2020), o constitucionalismo também se fortaleceu a partir da Revolução Francesa, inspirada nos ideais iluministas do século XVIII.

Dica

O Iluminismo foi um movimento cultural e intelectual europeu, fundado na exaltação da razão, fazendo oposição às monarquias absolutistas na luta pelos direitos do homem.

Inicialmente, o conteúdo das primeiras constituições escritas era formado pelo estabelecimento de regras referentes à organização, ao exercício de poder, à limitação do poder do Estado e aos direitos e garantias fundamentais.

A partir do século XXI, com o desenvolvimento e a evolução, o constitucionalismo passou a ser protetor dos direitos humanos. Nesse momento, busca-se maior efetividade da constituição, período denominado **neoconstitucionalismo**.

Segundo Lenza (2020), nesse período, o objetivo do constitucionalismo não é somente a ideia de limitação do poder político, mas, sim, a busca pela **eficácia** da constituição, visando à efetividade dos direitos ali contidos, sobretudo na expectativa de concretização dos direitos fundamentais.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PESSOAS NATURAIS

O Código Civil (CC), de 2002, trouxe o ser humano para o centro do ordenamento jurídico, isto é, ele passou a ter como principal preocupação a pessoa humana. Isso pode soar um tanto quanto óbvio, mas o Código Civil anterior, do ano de 1916, girava em torno das questões patrimoniais em detrimento das próprias pessoas.

Afinal, as relações privadas reguladas pelo direito civil, embora também tratem dos bens, das obrigações, dos contratos e da propriedade, não se reduzem a estas. As relações existenciais — corpo, imagem, honra — não só passaram a ter especial tratamento pelo código atual e a orientar sua interpretação e aplicação, como também inauguraram sua parte geral.

Essas mudanças são explicadas, também, pelos novos princípios basilares do Código Civil, de 2002, a saber:

- **eticidade** (reconhecimento de valores éticos em detrimento de formalidades);
- **socialidade** (superação do individualismo, busca do respeito aos interesses coletivos e à função social dos contratos);
- **operabilidade** (facilitação da interpretação e aplicação dos institutos nele previstos).

PERSONALIDADE E CAPACIDADE

O Capítulo I, do Código Civil, traz a abordagem acerca da personalidade jurídica e capacidade das pessoas naturais, iniciando, portanto, a parte geral do Código Civil.

A Pessoa Humana

A pessoa natural — ou pessoa humana —, à luz do Código Civil, é espécie do gênero sujeito de direito com personalidade jurídica.

O sujeito de direito, em sentido amplo, é gênero e comporta duas classificações, quais sejam: sujeito de direito **com** personalidade jurídica, que se subdivide nas espécies pessoa natural e pessoa jurídica, e sujeitos de direito **sem** personalidade jurídica, como o nascituro, o condomínio, a herança, a massa falida e a sociedade irregular ou de fato.

A personalidade jurídica é a aptidão genérica para se titularizar direitos e obrigações (deveres). Melhor dizer que a personalidade é aptidão para se titularizar direitos e deveres, porque obrigações, no Código Civil, referem-se às de cunho patrimonial, estudadas a partir do art. 283, do CC. Quando se diz apenas “direitos

e deveres”, abarcam-se todos os tipos de obrigações, com ou sem cunho patrimonial.

Como exposto, o estudo do Código Civil inicia-se pelo exame da pessoa natural e de seus atributos. A pessoa natural, para o Código Civil, é todo o ser humano. Vejamos:

Art. 1º *Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.*

De acordo com o art. 1º, do Código Civil, toda pessoa é capaz de direitos e de deveres na ordem civil. Trata-se da capacidade de direito. Ela não se confunde com a capacidade denominada pela doutrina como “de fato”, pois os incapazes estão excluídos desta última. A junção da capacidade de direito (personalidade jurídica) com a capacidade de fato (capazes civilmente) forma a **capacidade civil plena**.

Logo, mesmo os seres que não possuem forma humana, como fetos anencéfalos e bebês com anomalias craniofaciais, são considerados pessoas porque são da espécie humana (*homo sapiens*). Não são consideradas pessoas, porém, os entes despersonalizados, tais quais: os embriões excedentários, concebidos *in vitro* e ainda não implantados em útero.

Todavia, a Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105, de 2005) também os protege, além do que o art. 5º admite a utilização de células-tronco embrionárias, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- utilização para fins de pesquisa ou terapia;
- utilização de embriões inviáveis, obtidos das técnicas de fertilização em clínicas especializadas.

Importante!

O tema “pessoa natural, personalidade e capacidade” é recorrente nas provas de escrivão.

Portanto, a capacidade de direitos e deveres, na ordem civil, não faz distinção entre pessoas naturais (expressão jurídica que, no linguajar comum, é a física) e pessoas jurídicas. A capacidade é tanto para o exercício e defesa de direitos como para a obediência e o cumprimento de deveres no ordenamento civil.

A Personalidade Civil

A personalidade é o primeiro direito que a pessoa passa a exercer após o nascimento com vida. Portanto, aqui devemos destacar que o elemento direito natural é a vida e ele deve estar garantido, mesmo que tenha ocorrido apenas por um instante, o que é denominado nascimento com vida.

A personalidade é um conjunto de atributos e características que a pessoa passa a ter com seu nascimento, sendo, inclusive, protegida pelo direito.

Em sequência, o art. 2º aborda mais um atributo da pessoa humana: a personalidade civil. Assim, analisemos:

Art. 2º *A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.*

**337 APROVADOS
NO INSS 2022**



**GOSTOU DESSA
DEMONSTRAÇÃO?**

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO